



Handwritten signature and initials in blue ink.



Sociedade: ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.

Ano económico: 2012

Relatório e Demonstrações Financeiras



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Índice

1. Identificação da sociedade
2. Relatório de Gestão e Anexo
3. Balanço
4. Demonstração dos Resultados por Naturezas
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa
6. Demonstração de Alterações no Capital Próprio
7. Anexo
8. Certificação Legal de Contas
9. Relatório e Parecer do Fiscal Único



[Handwritten signatures]

IDENTIFICAÇÃO

ALFANDEGATUR - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E.M.

Morada Alto da Serra de Bornes
Localidade Alfândega da Fé
Código Postal 5350 - 909
Telefone 279 200 260
Fax 279 200 261
Conc/Dist/País Alfândega da Fé/Bragança/Portugal
N.º Contribuinte 502 649 631

CONSTITUIÇÃO E ALTERAÇÕES

Constituição 1991-10-29
Adoptou a forma jurídica de Empresa Municipal
D.R. n.º 147 de 2 de Agosto de 2005
Alteração total do contrato de sociedade

CAPITAL

Capital social 290 000,00 €
Ações 58 000 com o valor nominal de 5,00 €

SEDE

Sede e Escritório Alto da Serra de Bornes
5350-909 ALFÂNDEGA DA FÉ

ACTIVIDADE ECONÓMICA

C.A.E. 55202 Turismo no Espaço Rural



ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBELIA GERAL

Presidente Victor Manuel Alvaleide Garcia Martins, Eng.
Secretário António José Afonso, Dr.
Secretário Manuel Cunha Silva, Eng.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª
Administrador Eduardo Manuel Tavares Dobrões, Eng.
Administrador Miguel Francisco Simões Franco, Dr.

CONSELHO FISCAL/FISCAL ÚNICO

Fiscal Único Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC)



ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, EM

HOTEL & SPA ALFÂNDEGA DA FÉ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2012

De acordo com as obrigações impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, submete-se à consideração de V. Exas. o Relatório de Gestão com reporte ao ano económico encerrado em 31 de Dezembro de 2012, e uma proposta de aplicação dos resultados líquidos do exercício.

1 - CONDIÇÕES DO MERCADO

O ano de 2012 foi marcado pela retracção da procura na maioria dos sectores de actividade económica, com o desemprego a atingir níveis históricos, o que limitou seriamente os sectores do turismo e da hotelaria, a empresa e a sua presença no mercado.

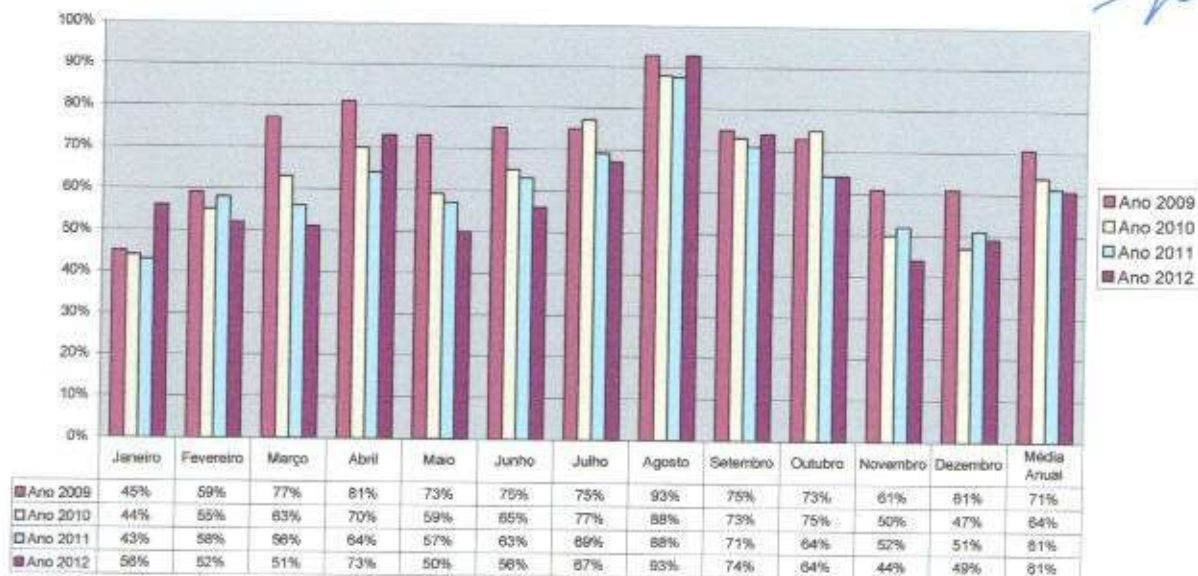
2 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

A actividade comercial que teve predominância nas prestações de serviços de aposentos apresentou um decréscimo de 11%.

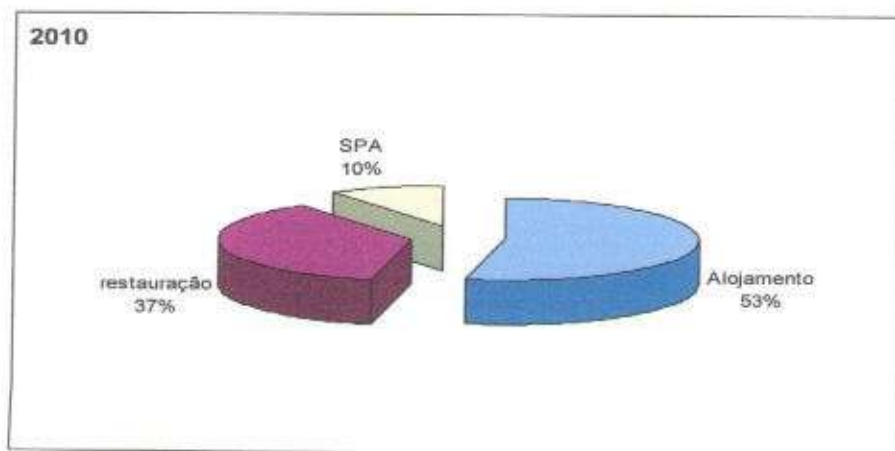
A taxa de ocupação do hotel manteve-se, em 2012, ao mesmo nível do ano de 2011, apesar de toda a conjuntura económico-financeira do mercado.

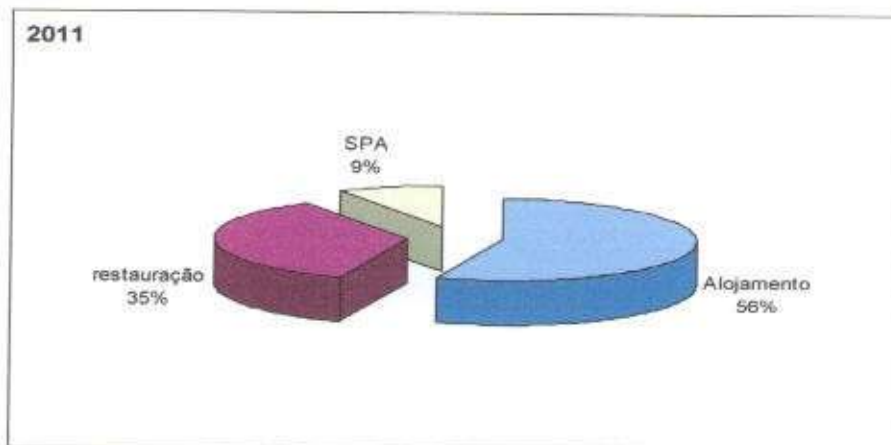
TAXA DE OCUPAÇÃO DO HOTEL

TAXA DE OCUPAÇÃO DO HOTEL

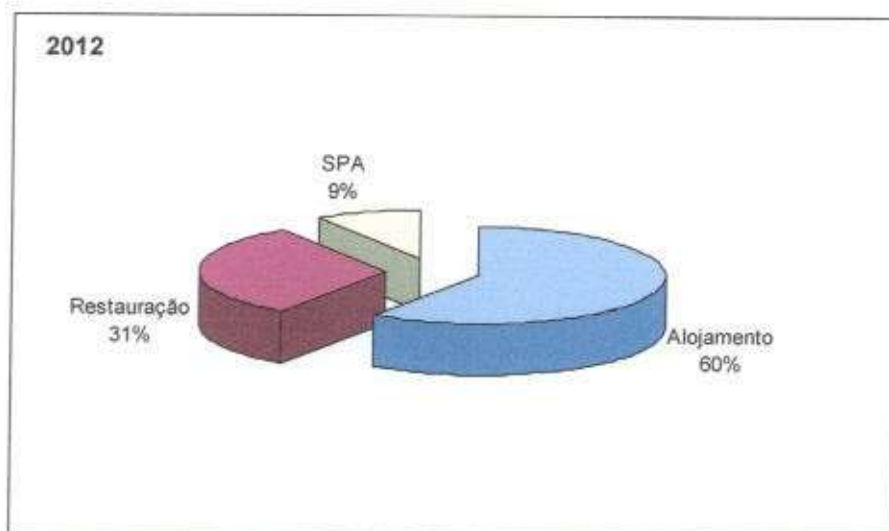


Numa perspectiva de análise da actividade interessa também perceber como estava repartida a prestação de serviços nos exercícios anteriores e como esta repartição se verificou no exercício de 2012.





Handwritten signature and initials in blue ink.



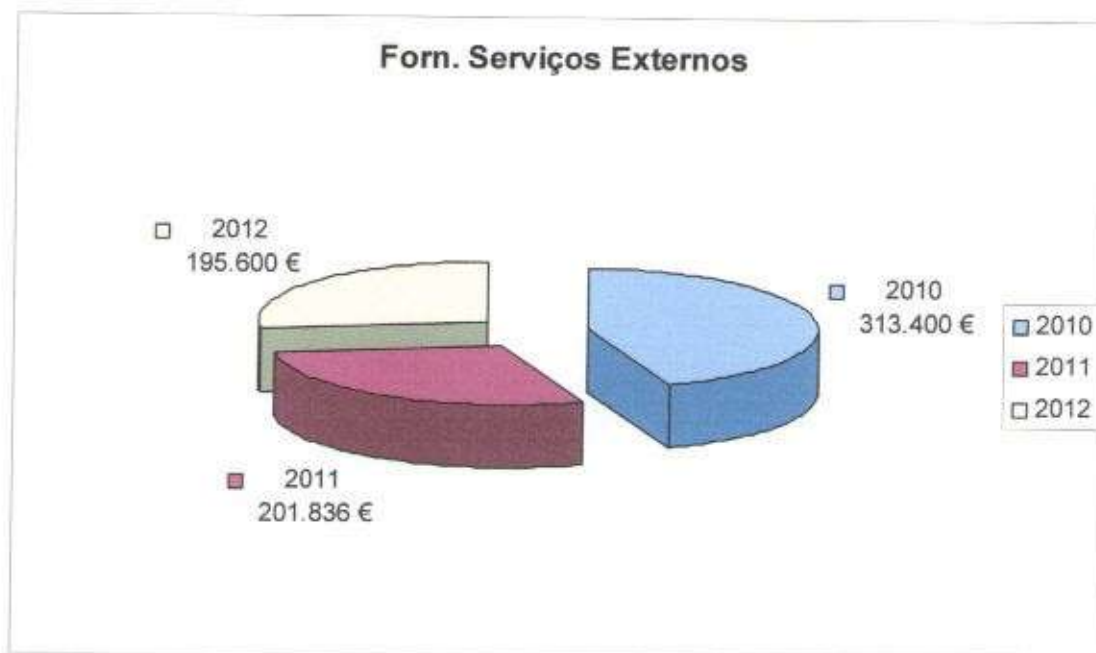
3 - RESULTADOS E SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Não obstante a manutenção evidenciada da actividade da empresa, nomeadamente na sua taxa de ocupação, o Resultado Operacional continua negativo, em -206.571,47 Euros.

Na rubrica dos custos com o pessoal teve uma diminuição: de 390.626,73 Euros em 2011 para 349.517,63 em 2012. A média de funcionários durante o ano de 2010 foi de 39, em 2011 de 28 e de 25 em 2012.



A que a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos teve uma diminuição de 3 %, de 201.836 Euros em 2011 para 195.600 Euros em 2012. No quadro podemos verificar a evolução dos fornecimentos e serviços externos desde 2010.



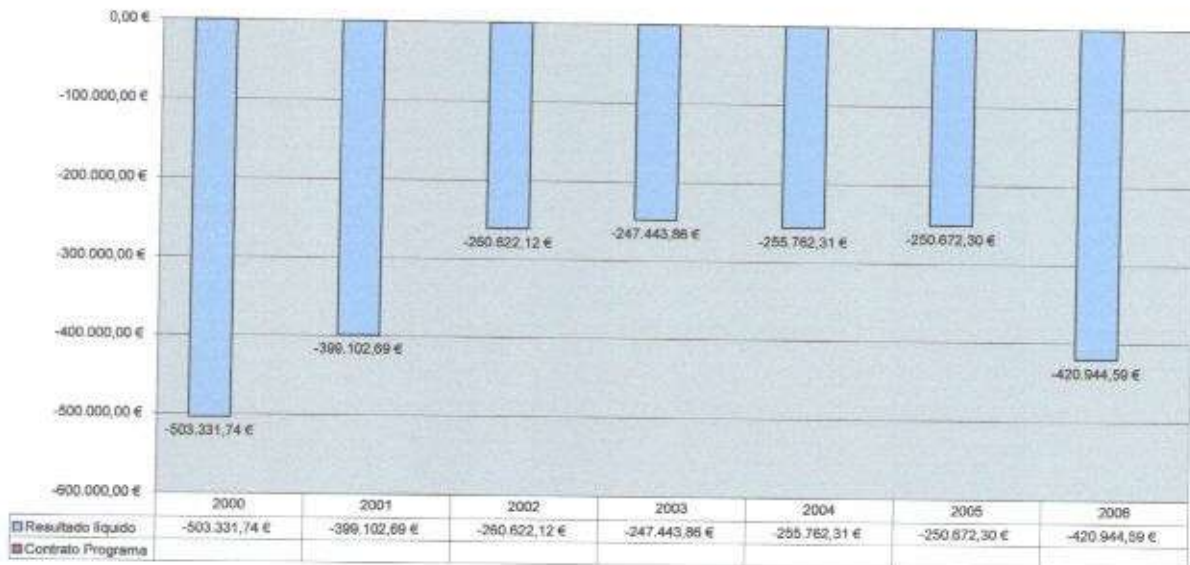
Sendo assim, a eficácia da estrutura que suporta a actividade económica, decorrente da política levada a cabo nas diversas áreas de gestão, não permitiu ainda que a empresa se posicionasse num patamar acima do ponto crítico.

Nos quadros seguintes poderemos ver a evolução dos resultados líquidos desde 2000 até 2012.

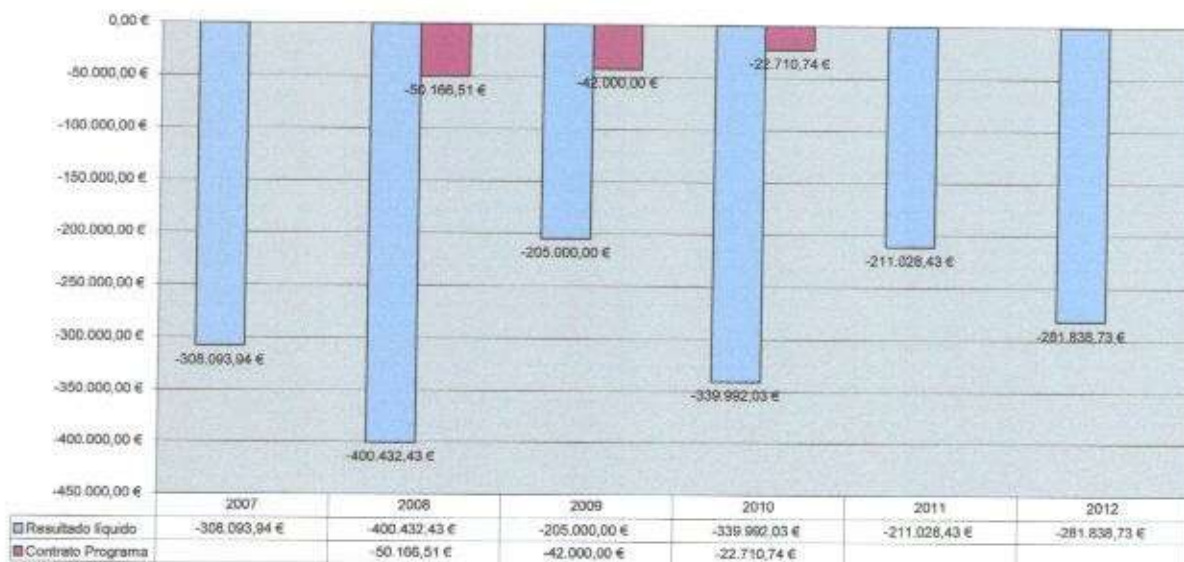
Salientamos que durante o ano de 2008, 2009 e 2010 a empresa recebeu do município subsídios no âmbito do contrato programa. Se no ano de 2008 a empresa não tivesse recebido o subsídio no montante de 42.000,00 € o resultado líquido negativo teriam sido (247.000,00 €) e o melhor resultado obtido pela ALFANDEGATUR foi sem dúvida o ano de 2011.



Resultado Líquido 2000 a 2006

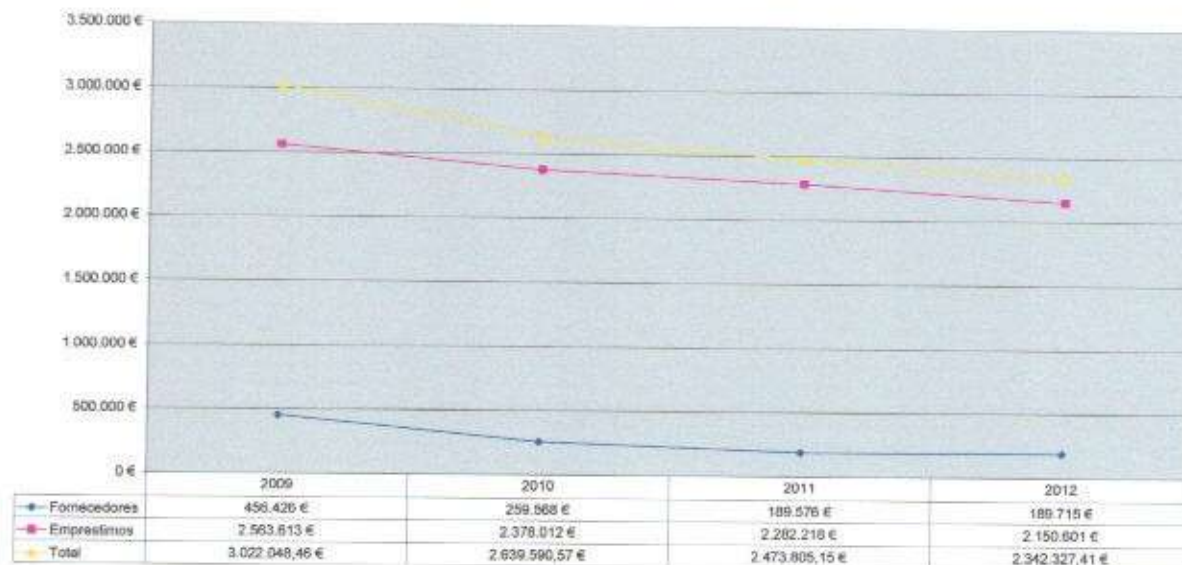


Resultado Líquido 2007 a 2012





Evolução dívida a Fornecedores e Empréstimos



4 - INVESTIMENTOS

Durante o exercício de 2012 não foram realizados investimentos.

5 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL

Não sendo possível, neste momento, prever com segurança quando a retoma se irá verificar e, reflexamente, quando terminará a instabilidade dos mercados, no geral, na verdade, as circunstâncias da presente crise não permitem, realisticamente, traçar para o ano de 2013 uma estratégia de reforço da quota de mercado. No entanto foram definidas medidas para resolução de reclamações e novas parcerias.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2012

A Administração da sociedade propõe que o resultado líquido negativo apurado no exercício de 2011, no montante de 281.838,73 Euros, tenha a seguinte aplicação:

- Resultados transitados -281.838,73 Euros



7 - MENÇÕES

Para observância de várias disposições legais, cumpre ainda informar que:

- . Não existem para com os trabalhadores quaisquer salários ou pagamentos em atraso;
- . A sociedade não detém, nem adquiriu nem alienou durante o exercício, quotas próprias;
- . Não foram celebrados negócios entre a sociedade e os seus gerentes;
- . Não existem filiais ou sucursais da sociedade;
- . A sociedade não tem quaisquer dívidas à Segurança Social ou ao Estado;
- . Não se verificaram factos subsequentes relevantes à data a que se reportam as contas.

Ao concluir reputamos de maior justiça expressar uma nota de reconhecimento aos colaboradores, pelo empenho e sentido profissional, aos clientes e fornecedores, pelas excelentes relações estabelecidas e às instituições de crédito, pela confiança e disponibilidade demonstrada.

Alfândega da Fé, 28 de Março de 2013

A Administração

(Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª)

(Eduardo Manuel Tavares Dobrões, Eng.)

(Miguel Francisco Simões Franco, Dr.)



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES

Informação nos termos e para efeitos dos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais

A - Relação dos accionistas que à data de 31 de Dezembro de 2012 eram titulares de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:

Nomes	Número de acções	Percentagem
Município de Alfândega da Fé	58.000	100,00%

Alfândega da Fé, 28 de Março de 2013

A Administração

(Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª)

(Eduardo Manuel Tavares Dobrões, Eng.)

(Miguel Francisco Simões Franco, Dr.)



ALFANDEGATUR
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANDEGA DA FÉ, EM
N.I.P.C. 502649631

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Acções próprias	13.5	290.000,00	290.000,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	13.5	-72.311,13	-185.503,50
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização	13.5	433.178,90	453.257,39
Outras variações no capital próprio	13.5	189.434,80	194.847,28
Resultado líquido do período		-281.838,73	-211.028,43
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do capital próprio		558.463,84	541.572,74
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	1.978,44	1.978,44
Financiamentos obtidos	13.4	2.131.100,69	2.260.717,93
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		76.443,34	79.986,60
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Passivo corrente		2.209.522,47	2.342.682,97
Fornecedores	13.1	166.455,54	154.695,94
Adiantamentos de clientes	13.1	13.127,98	8.360,18
Estado e outros entes públicos	13.2	15.681,93	13.138,61
Accionistas	13.2	0,00	50.000,00
Financiamentos obtidos	13.4	19.500,00	21.500,00
Outras contas a pagar	13.1	71.781,07	92.825,06
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo		286.546,52	340.519,79
Total do capital próprio e do passivo		2.496.068,99	2.683.202,76
		3.054.532,83	3.224.775,50

A Administração

Beata Duro

*Solange Maria dos Santos
Ligal Sociedade de Contas*

O Técnico Oficial de Contas
Membro n.º 86298

207355290

Carla Almeida Beata Duro

86298



ALFANDEGATUR

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANDEGA DA FÉ, EM

N.I.P.C. 502649631

Colado

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	2.824.769,33	3.007.205,47
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	30.124,89	43.468,23
Activos Biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Accionistas		0,00	0,00
Outros activos financeiros	13	500,00	500,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
		2.855.394,22	3.051.173,70
Activo corrente			
Inventários	9	11.547,90	18.290,30
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes	13.1	70.319,97	71.647,37
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13.2	30.523,50	28.070,08
Accionistas		0,00	0,00
Outras contas a receber	13.1	51.548,07	35.956,21
Diferimentos	13.3	513,80	803,77
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	34.685,37	18.834,07
		199.138,61	173.601,80
Total do activo		3.054.532,83	3.224.775,50

Handwritten signatures and initials on the right margin.



ALFANDEGATUR

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANDEGA DA FÉ, EM

N.I.P.C. 502649631

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2012

Euro

Rendimentos e Gastos	Notas	PERIODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados		674.265,93	810.301,01
Subsídios à exploração	11	0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação dos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-132.983,29	-141.845,39
Fornecimentos e serviços externos	15.1	-195.600,65	-201.836,00
Gastos com o pessoal	14	-349.517,63	-390.626,73
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	15.2	8.437,64	12.410,83
Outros gastos e perdas	15.3	-12.531,35	-18.322,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-7.929,35	70.081,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	15.4	-198.642,12	-201.376,09
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-206.571,47	-131.294,46
Juros e rendimentos similares obtidos	15.5	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15.6	-78.810,52	-83.277,23
Resultado antes de impostos		-285.381,99	-214.571,69
Imposto sobre o rendimento do período		3.543,26	3.543,26
Resultado líquido do período		-281.838,73	-211.028,43
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

A Administração

Beata Lus
Miguel

O Técnico Oficial de Contas

Membro n.º 86298

207355290

Carla Alexandra Roberto
86298



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de Dezembro de 2012

Rubricas	Notas	Periodo
		2012
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes		726.757,26
Pagamentos a fornecedores		-370.126,02
Pagamentos ao pessoal	5	-343.439,66
Caixa gerada pelas operações		13.191,58
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-2.420,60
Pagamento do imposto sobre o rendimento		0,00
Outros recebimentos	11	0,00
Outros pagamentos		0,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		10.770,98
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		-15.142,15
Activos intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-15.142,15
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		247.499,45
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	8	-131.617,24
Juros e gastos similares	8	-95.659,74
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		20.222,47
Variação de Caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		15.851,30
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	4	18.834,07
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	4	34.685,37

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

Membro n.º 86298

207355290

86298



ALFANDEGATUR
 EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANDEGA DA FE, EM
 N.I.P.C. 502649631

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2012

Descrição	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL										Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio				
		Capital Realizado	Acções Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio				Resultado líquido do período			
Posição no início do período 2012		290.000,00																
Alterações no período																		
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																		
Alterações de políticas contabilísticas																		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																		
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	7, 12																	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																		
Ajustamentos por impostos diferidos	12																	
Transferência Resultado Líquido	11																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2																	
Resultado líquido do período	3																	
Resultado Integral	4 = 2 + 3																	
Operações com detentores de capital no período																		
Realizações de capital																		
Realizações de prémios de emissão																		
Distribuições																		
Anulação entrada para cobertura de perdas																		
Entrada para cobertura de perdas																		
Outras operações																		
Posição no fim do período 2012	6 = 1 + 2 + 3 + 5	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A Administração

Alfandega
Alfandega
Alfandega

O Técnico Oficial de Contas
 Membro n.º 86298

Cátia Alexandra Brito

558463,84

Euro



ALFANDEGATUR - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E.M.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercício económico de 2012

1. Identificação da Sociedade

A Empresa Alfandegatur - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M. é uma Empresa Municipal, constituída em 29.10.1991, com sede social no Alto da Serra de Bornes. Alfândega da Fé, Alfândega da Fé, e que tem como actividade principal o Turismo no Espaço Rural.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

Enquadramento

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com os conceitos, princípios e normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais;

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009 de 9 de Setembro (Código de Contas)

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira, quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística, antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

Não se verificaram quaisquer derrogações às disposições previstas no SNC, e as contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com os do exercício anterior.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and initials 'AV' at the bottom.

3. Principais políticas contabilísticas.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

a) Activos intangíveis

Os activos intangíveis foram mensurados pelo seu custo histórico.

b) Activos fixos tangíveis

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente, nos casos aplicáveis, baseou-se no modelo de revalorização.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no mês em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

c) Passivos por Impostos Diferidos

Os passivos por impostos diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável /perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperável ou liquidada.

A mensuração dos passivos por impostos diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data do balanço; e
- Reflecte as consequências fiscais decorrentes da forma como o grupo espera, à data do balanço, liquidar a quantia escriturada dos passivos.

d) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

e) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

f) Inventários

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio Custo médio ponderado. Na imputação dos custos aos inventários, foi usado o sistema de custeio total.

g) Contas a receber de clientes e outros devedores



Cartão
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo modelo do custo. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida, conforme as condições originais das contas a receber.

h) Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tem uma obrigação presente, resultante de acontecimentos passados, e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos, será necessária para liquidar a obrigação.

i) Rubricas de Capital Próprio:

Capital Realizado: Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para a realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

j) Responsabilidade por benefícios pós-emprego e gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

l) Fornecedores

As contas de fornecedores encontram-se mensuradas pelo método do custo

m) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos estão registados ao custo.

n) Outra contas a pagar

As contas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

o) Vendas e prestação de serviços

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia do rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser mensurado com fiabilidade; e

Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

p) Activos e Passivos Contingentes

Um activo contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgadas quando for provável a existência de um influxo financeiro.

Um passivo contingente é uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou, uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'C. Almeida' and 'H. P.'.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

q) Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança sobre o seu recebimento. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar. Os subsídios ao investimento são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

r) Período de Revisão Fiscal

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado na posição dos consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	2012	2011
Caixa	3.892,47	7.413,74
Depósitos à ordem	30.792,90	11.420,33
Outros depósitos bancários	0,00	0,00

5. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da gestão

Rubrica	2012	2011
Total de remunerações	16.919,32	17.701,12
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	0,00	0,00
Total de benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Total de outros benefícios de longo prazo	0,00	0,00
Total de benefícios por cessação de emprego	0,00	0,00
Total de pagamentos com base em acções	0,00	0,00



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and initials 'PN' at the bottom.

6. Activos intangíveis

Divulgações gerais

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização dos activos intangíveis. Não existem activos intangíveis gerados internamente, e não existem activos intangíveis com vida útil indefinida.

Valorização das várias classes

Classe de activos \ Valores apurados		Goodwill	Projectos de desenvolvim ento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis
Início do período	Vida útil		6			6
	Taxa de amortização		16,67			16,67
	Método de amortização		Quotas constantes			Quotas constantes
	Valor bruto escriturado		1.246,99			104.436,75
	Amortização acumulada		1.246,99			60.968,52
Período	Aquisições					
	Alienações					
	Activos classificados como detidos p/ venda					
	Amortização do período					13.343,34
	Perdas por imparidade					
	Outras alterações					
Fim do período	Valor bruto escriturado		1.246,99			104.436,75
	Amortização acumulada		1.246,99			74.311,86

7. Activos fixos tangíveis

Divulgações gerais

a) A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente, no caso dos terrenos e edifícios da Empresa, baseou-se no modelo de revalorização.

b) As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no mês em que o respectivo bem entrou em funcionamento.



Cebano
[Handwritten signature]

c) Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:

Valorização das várias classes

[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Classe de activos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Equip. biológicos	Outros activos fixos tangíveis
Início do período	Valor bruto escriturado	79.443,34	3.864.646,04	716.909,02	27.725,48	27.197,51		193.279,95
	Amortização acumulada		1.322.215,64	449.723,59	21.312,44	16.284,81		92.459,39
Período	Aquisições			2.862,64				
	Alienações							
	Activos classificados como detidos p/ venda							
	Amortização do período		121.164,08	42.223,87	2.003,08	2.839,70		17.068,05
	Perdas por imparidade							
	Revalorizações							
	Outras alterações							
Fim do período	Valor bruto escriturado	79.443,34	3.864.646,04	716.909,02	27.725,48	27.197,51		193.279,95
	Amortização acumulada		1.443.379,72	491.947,46	23.315,52	19.124,51		109.527,44

Activos fixos tangíveis revalorizados

Os terrenos e edifícios da Empresa foram revalorizados em 2009, por avaliador independente. As avaliações foram efectuadas numa base do valor de mercado. O excedente de revalorização, líquido dos impostos diferidos aplicáveis, foi creditado em Excedentes de Revalorização no capital próprio.

8. Custos de empréstimos obtidos

Foi adoptada uma política contabilística de não capitalização dos custos dos empréstimos obtidos



Está
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

9. Inventários

Políticas contabilísticas e forma de custeio usada

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio Custo médio ponderado. Na imputação dos custos aos inventários, foi usado o sistema de custeio total.

Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Classificação	Valor escriturado
Mercadorias	854,19
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.693,71
Produtos acabados e intermédios	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	
Produtos e trabalhos em curso	
Activos biológicos	
Total	11.547,90

Apuramento CMVMC:

	2012		2011	
	Mercadorias	Mat. Primas	Mercadorias	Mat. Primas
Existências Iniciais	1982,56	16307,74	2642,35	14197,01
Compras	2891,52	141246,7	3873,36	159024,02
Regularização Existências	-871,88	205,39	-484,79	-19116,26
Existências Finais	854,19	10693,71	1982,56	16307,74
CMVMC	3148,01	147066,12	4048,36	137797,03



10. Provisões

Divulgações por classe de provisão

Classe	Valor escriturado no início do período	Aumentos e reforços	Valores usados	Valores revertidos	Aumento na quantia descontada e efeito de alterações na taxa de desconto	Valor escriturado no fim do período
Impostos						
Garantias a clientes						
Processos judiciais em curso						
Acidentes de trabalho e doenças profissionais						
Matérias ambientais						
Contratos onerosos						
Reestruturação						
Outras provisões	1.978,44					1.978,44
Total de provisões	1.978,44					1.978,44

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança sobre o seu recebimento. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar. Os subsídios ao investimento são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

12. Impostos sobre o rendimento

Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio:

Passivos por impostos diferidos, relacionados com excedentes de revalorização.

	Saldo inicial	Regularização no período	Saldo final
2742 - Passivos por impostos diferidos	79.986,60	3.543,26	76.443,34

Variações das reservas de reavaliação:

Contas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Reservas de Reavaliação	453.257,39	3.543,26	23.621,75	433.178,90



Catão
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

13. Instrumentos financeiros

Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Os activos financeiros foram mensurados ao custo.

Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros

	Quantia escriturada
Activos financeiros mensurados ao custo	500,00

13.1. Clientes, Fornecedores, Accionistas, Outras contas a receber e a pagar e Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Clientes/Fornecedores/Accionistas/Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos:						
Clientes	70.319,97		70.319,97	71.647,37		71.647,37
Outras Contas a Receber	51.548,07		51.548,07	35.956,21		35.956,21
Perdas por imparidade			0,00			0,00
Total do Activo	121.868,04	0,00	121.868,04	107.603,58	0,00	107.603,58
Passivos:						
Fornecedores	166.455,54		166.455,54	154.695,94		154.695,94
Outras Contas a Pagar	71.781,07		71.781,07	92.825,06		92.825,06
Total do Passivo	238.236,61	0,00	238.236,61	247.521,00	0,00	247.521,00
Total Líquido	-116.368,57	0,00	-116.368,57	-139.917,42	0,00	-139.917,42



Catara

Handwritten signature

Handwritten initials 'PJ'

13.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos			0,00			0,00
			0,00			0,00
Activos			0,00			0,00
Imposto sobre o rendimento	23.880,64		23.880,64	21.460,04		21.460,04
Retenção de impostos sobre rendimentos			0,00			0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	2.686,64		2.686,64	6.610,04		6.610,04
Outros impostos			0,00			0,00
Contribuições para a segurança social			0,00			0,00
Outras tributações			0,00			0,00
Total	26.567,28	0,00	26.567,28	28.070,08	0,00	28.070,08
Passivos			0,00			0,00
Imposto sobre o rendimento			0,00			0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	1.620,00		1.620,00	1.145,00		1.145,00
Imposto sobre o valor acrescentado			0,00			0,00
Outros impostos			0,00			0,00
Contribuições para a segurança social	10.105,71		10.105,71	11.993,61		11.993,61
Outras tributações						
Total	11.725,71	0,00	11.725,71	13.138,61	0,00	13.138,61

13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Activos						
Gastos a reconhecer	28.670,09		28.670,09	37.823,70		37.823,70
Total	28.670,09	0,00	28.670,09	37.823,70	0,00	37.823,70
Passivos						
Rendimentos a reconhecer	0,00		0,00	0,00		0,00
			0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4. Financiamentos obtidos



Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Financiamentos Obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1.117.497,52	19.500,00	1.136.997,52	1.218.614,76	21.500,00	1.240.114,76
Turismo de Portugal	1.013.603,17		1.013.603,17	1.063.603,17		1.063.603,17
Participantes de capital			0,00			0,00
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos						
Outros financiadores						0,00
Total	2.131.100,69	19.500,00	2.150.600,69	2.282.217,93	21.500,00	2.303.717,93

O valor da dívida a instituições de crédito é constituída da seguinte forma:

- Ao Crédito agrícola no montante de € 369.339,25 cujo pagamento está garantida através de uma hipoteca voluntária.
- À Caixa Geral de Depósitos no montante de € 767.658,27 cujo pagamento está garantido com uma carta conforto emitida pelo Município de Alfândega da Fé. A empresa deverá depositar as suas receitas na conta depósito à ordem n.º 0042/006334/330, constituída em nome da Empresa na Agência da Caixa em Alfândega da Fé.
- Empréstimo no Turismo de Portugal no montante de € 1.013.603,17, cujo pagamento está garantida através de uma hipoteca voluntária.
- Existe uma garantia bancária no valor de € 342.923,55 constituída na C.G.D. a favor do Turismo de Portugal

13.5. Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Capital próprio		
Capital		
Acções (quotas) próprias	290.000,00	290.000,00
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas legais		
Outras reservas		
Resultados transitados	-72.311,13	-185.503,50
Ajustamentos em activos financeiros		
Excedentes de revalorização	433.178,90	453.257,39
Outras variações no capital próprio	189.434,80	194.847,28
Total	840.302,57	752.601,17

Capital Realizado

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era representado por 58.000 acções com o valor nominal de 5,00 euros.

A Câmara Municipal de Alfândega da Fé detém 100 % do capital subscrito da empresa.



Carvalho
huy
g
AB

Excedentes de revalorização de activos fixos tagíveis é relative à reserve de revalorização livre efectuada no exercício de 2009.

Outras variações no capital próprio

Assim, esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro de 2012, um saldo no montante de € 189.434,80 referente a subsidios ao investimento. Subsidios que foram atribuidos:

Em 2004 foi atribuido o subsidio no âmbito do programa de iniciativa comunitária LEADER+ participado à taxa de 40%, sendo o investimento de € 93.655,12 e o montante participado foi de € 37.462,05 e, cuja imputação do rendimento está a ser efectuado durante a vida útil de 40 anos.

Em 2010 foi atribuido o subsidio no âmbito do programa PRODER/Medida Diversificação da Economia e Criação de Emprego, financiado em 60%, sendo o investimento de € 298.395,60 e o montante financiado de 179.037,36 e, cuja imputação do rendimento está a ser efectuado durante a vida útil de 40 anos

Neste exercício, a imputação do rendimento (conta 7883) relacionado com este subsidio perpez o valor de € 5.412,48.

14. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos gastos com o pessoal é o indicado no quadro seguinte:

Descrição	2012	2011
Remunerações dos Órgãos Sociais		-220,01
Remunerações do Pessoal	265.517,19	293.009,49
Benefícios de Reforma		
Plano Executivo		
Plano Geral		
Palo Valorização		
Outros Benefícios Pós-Emprego		
Plano Actos Médicos		
Indemnizações		
Encargos sobre Remunerações	59.821,98	60.181,06
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doença	3.519,65	5.889,68
Gastos de Acção Social		
Pagamento com base em Acções		
Reconhecidos em Capital Próprio		
Reconhecidos no Passivo		
Actualização do Passivo no final do ano		
Distribuição de Lucros aos empregados		
Outros Gastos com o Pessoal	21.161,86	31.766,51
	350.020,68	390.626,73

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nesta rubrica evidenciamos detalhadamente os gastos e rendimentos reconhecidos nos exercicios de 2012 e 2011.



15.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2012	2011
Subcontratos		
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	-15.793,89	-15.285,63
Publicidade e Propaganda	-625,00	-583,44
Vigilância e Segurança		
Honorários	-1.875,00	-2.853,80
Comissões	-13.712,06	-8.636,15
Conservação e Reparação	-11.354,96	-15.094,94
Serviços Bancários		
Animação Turística e desporto	-37,52	-3.772,06
Outros	0,00	-161,21
Materiais		
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido	-2.271,84	-1.750,29
Material de Escritório	-1.098,67	-1.452,86
Jornais e Revistas	-70,75	-12,22
Outros		
Energia e Fluidos		
Electricidade	-57.812,71	-49.841,14
Combustíveis	-2.926,86	-2.184,57
Água	-8.910,00	-445,00
Gas	-60.801,80	-63.075,37
Deslocações e Estadas e Transporte	-176,13	-76,72
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres		
Comunicação	-6.589,96	-8.684,47
Seguros	-2.994,85	-1.983,65
Contencioso e Notariado		-2.011,00
Despesas de Representação		
Limpeza, Higiene e Conforto	-9.728,38	-20.221,49
Outros Serviços	-4.255,39	-3.709,99
	-201.035,77	-201.836,00

15.2. Outros Rendimentos e Ganhos

Descrição	2012	2011
Outros rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pag. Obtidos	496,22	137,22
Outros		
Correcções relativas a exercícios anteriores		4.697,11
Imputação de subsídios para investimento	5.412,48	5.412,48
Outros não especificados	2.528,94	2.164,02
	8.437,64	12.410,83

15.3. Outros Gastos e Perdas



Catão
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Descrição	2012	2011
Impostos		
Impostos Indirectos	-11.462,34	-14.623,45
Taxas	-94,00	-1.715,16
Sinistros		
Alienações		
Abates		
Outros		
Quotizações	-396,00	-384,00
Ofertas	-43,98	-182,14
Outras não especificados	-629,03	-1.417,34
	-12.625,35	-18.322,09

15.4. Gastos e Reversões de Depreciações e de Amortizações

Descrição	2012	2011
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	-121.164,08	-121.164,06
Equipamento básico	-42.223,87	-41.562,67
Equipamento de transporte	-2.003,08	-3.465,71
Equipamento Administrativo	-2.839,70	-2.839,68
Outros imobilizações	-17.068,05	-18.719,64
Activos Intangíveis		
Despesas de instalação	-13.343,34	-13.624,33
	-198.642,12	-201.376,09

15.5. Juros e Rendimentos similares obtidos

Descrição	2012	2011
Juros Obtidos		
Outros rendimentos Similares	0,00	0,00
	0,00	0,00

15.6. Juros e Gastos similares suportados

Descrição	2012	2011
Juros Suportados		
Juros de financiamento obtidos	-63.028,10	-65.051,07
Juros de mora	-4.222,85	-6.253,44
Outros Juros	46,05	-56,65
Outros Gastos e perdas de financiamento		
Relativos a financiamentos obtidos	-4.850,93	-3.846,29
Outros	-6.662,59	-8.069,78
	-78.718,42	-83.277,23

16. ACONTECIMENTO APÓS A DATA DO BALANÇO



As demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão.
Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.
Desde 31 de Dezembro de 2012 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras.

Alfândega da Fé, 28 de Março de 2013

A Administração

(Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª)

O Técnico Oficial de Contas

207355290

(Cátia Alexandra Pereira Rendeiro, Dr.ª)

(Eduardo Manuel Tavares Dobrões, Eng.)

(Miguel Francisco Simões Franco, Dr.)

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da sociedade **Alfândegatur – Sociedade de Desenvolvimento Turístico, E.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de € 3.054.533 e um total de capital próprio de € 558.464, incluindo um resultado líquido negativo de € - 281.839, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Existem clientes com saldos devedores que ascendem a 37.456,25 €, com uma mora prolongada, cuja cobrança se mostra ser muito difícil. Para o efeito está reconhecida uma perda por imparidade de 1.978,34 € o que evidencia uma sobrevalorização do ativo, e por consequência do capital próprio e do resultado do período em 35.477,91 €.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do desacordo descrito no parágrafo n.º 7 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Alfândegatur- Sociedade de Desenvolvimento Turístico, E.M.** em 31 de Dezembro de 2012 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com o sistema de normalização contabilística.

Relato sobre Outros Requisitos Legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

Sem modificarmos a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para os seguintes factos:

10. A Câmara Municipal tem em dívida à sociedade Alfandegatur 257.521,01 € referente à cobertura de prejuízos e dos encargos financeiros de 2010 e 2011 respectivamente de 46.492,58 € do ano 2010 e o restante do ano de 2011. O efeito de tal situação tem-se traduzido em dificuldades de cumprimento das obrigações da sociedade para com os seus credores de exploração e financeiros.
11. Do apuramento do resultado do período de 2012 resulta uma obrigação de cobertura do prejuízo e dos encargos financeiros que ascende a 285.381,99 €, a qual deverá ser feita até ao final do corrente ano de 2013.
12. Não obtivemos resposta do advogado da empresa que nos permita aferir sobre a eventual existência de ações judiciais que venham a acarretar responsabilidades futuras.
13. De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31/08, a sociedade não cumpre com os requisitos para não ser abrangida pela obrigação de proceder à sua dissolução (art.º 62.º desse diploma), o que obrigará o seu acionista único (Município de Alfândega da Fé) a propor a tramitação legal de tal imposição

Bragança, 06 de Maio de 2013



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (R.O.C. n.º 1047)
Em representação da S.R.O.C. n.º 92, Fernando Peixinho & José Lima

ALFANDEGATUR – Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.
Relatório e Parecer do Fiscal Único
EXERCÍCIO DE 2012

Ex.^{mos} Senhores Accionistas

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **Alfandegatur – Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.** relativamente ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e doze.
2. No decurso do exercício prosseguiu o Fiscal Único com a periodicidade julgada necessária e conveniente, por amostragem, à análise e apreciação dos registos e procedimentos contabilísticos inteirando-se da evolução da gestão social.
3. Da apreciação que fazemos à evolução dos negócios da sociedade, tal como explicitámos na Certificação Legal das Contas, salientamos o facto de a lei de enquadramento das empresas municipais (Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto) impor, no seu art.º 40.º a cobertura dos prejuízos e dos encargos financeiros de modo a garantir o equilíbrio financeiro da sociedade.
4. A mesma Lei estabelece, ainda, as condições que impõem a dissolução das empresas municipais, de acordo com o prescrito no art.º 62.º desse diploma. De acordo com a nossa análise a sociedade Alfandegatur não reúne requisitos para poder manter-se, pelo que deverá ser dissolvida nos termos legalmente previstos.
5. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado emitimos a respectiva Certificação Legal de Contas, em anexo, bem como o Relatório Anual de Acompanhamento, Conclusões e Recomendações da Auditoria, endereçado ao Conselho de Administração e ao acionista, nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

6. No âmbito das nossas funções verificámos que:
- i) O Balanço, a Demonstração de Resultados, os restantes elementos das demonstrações financeiras e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspectos mais significativos e os principais constrangimentos e bloqueios;
 - iv) A proposta de aplicação de resultados tem claro fundamento.

7. Tudo devidamente ponderado, designadamente o que contém a Certificação Legal de Contas, somos de parecer que a Assembleia:

- a) Delibere sobre a aprovação do Relatório de Gestão, do Balanço, da Demonstração dos Resultados e o Anexo, relativos ao exercício de 2012 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Delibere sobre a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

O Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e a todos os serviços da empresa a colaboração prestada.

Bragança, 06 de Maio de 2013

O FISCAL ÚNICO



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (R.O.C. n.º1047)
Em representação da S.R.O.C. n.º 92, Fernando Peixinho & José Lima